

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis individuais(controladora) e consolidadas

31 de dezembro de 2024

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas
31 de dezembro de 2024

Sumário

- ✓ **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**
- ✓ **Balanços Patrimoniais**
- ✓ **Demonstrações do Resultado**
- ✓ **Demonstrações do Resultado abrangente**
- ✓ **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**
- ✓ **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
- ✓ **Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Salvador - BA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora **E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** em 31 de dezembro de 2024, desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Realização do saldo de partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial apresenta na rubrica “Partes relacionadas” no ativo não circulante o valor de R\$ 80.611e R\$ 87.049, individual e consolidado, respectivamente (R\$ 68.113, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023), referentes a contas a receber com as suas controladoras, direta e indireta, que se encontram pendentes de realização e/ou compensação há longa data. A diretoria não tem expectativa de perda na realização e/ou compensação desses créditos e, com base em seu melhor entendimento, não constituiu provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, no momento, não existem evidências suficientes que confirmem a realização desses saldos. Se a Companhia tivesse efetuado análise de realização dessas transações com partes relacionadas, certos elementos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Recuperação Judicial da Companhia e de determinadas empresas do Grupo Metha

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia, sua controladora direta Certha Investimentos S.A., a controladora indireta Metha S.A., e outras empresas do Grupo Metha, em vista da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades, (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; ajuizaram, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial.

As Companhias em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, em dia 24 de abril de 2025, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelas respectivas classes de credores, nos termos exigidos pela legislação aplicável, e atualmente aguarda homologação pelo Juízo da recuperação judicial. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Acordo global - Órgãos públicos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Grupo METHA (atual denominação do Grupo OAS) que controla a Companhia e suas investidas, e o Grupo Novonor (atual denominação do Grupo Odebrecht), controlador em conjunto da investida Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”), assinaram acordos com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$1.929.257 e R\$ 310.174, e R\$3.828.000, Grupo METHA e Grupo Novonor, respectivamente, como penalidades decorrentes do processo de investigações realizadas no âmbito da Operação Lava Jato. A diretoria entende que possíveis efeitos dos pelos citados Grupos Econômicos, não deverão afetar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Investida – Contrato de Parceria Público Privada (“PPP”) com o Estado do Rio Grande do Norte

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do Contrato nº 01/2011 da Companhia. Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal citou a Companhia para apresentar contestação e igualmente a notificou acerca do deferimento de pedido para que o Estado depositasse em juízo pagamento que seria realizado em 12 de julho de 2016, para em seguida deferir a suspensão total dos pagamentos da contraprestação pública. Em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (“TJ-RN”) reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (“TCE-RN”), por ser este o percentual que entendeu incontroverso, baseando-se no apontado no relatório do TCE-RN.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluem o reconhecimento de provisão para recuperabilidade do ativo objeto da concessão, no montante de R\$ 228.331. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investimento controlado em conjunto – Contrato de Parceria Público Privada com o Estado da Bahia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que menciona o envolvimento da Fonte Nova, investimento controlado em conjunto, como polo passivo no processo movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (“TCE-BA”), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Fonte Nova e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou impairment de ativos que reflitam eventuais impactos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 19 de maio de 2025.

SENSO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP 005977/O-9
CVM N° 7307



GUILHERME ROCHA CASTRO SOARES
CRC N° 1SP 290.834/O-4

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	37.748	33.619
Contas a receber	6	-	-	5.416	930
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	196.568	200.953
Partes relacionadas	10	20.197	25.917	-	9.070
Impostos a recuperar	8	-	-	11.951	3.867
Outros ativos		-	-	4.356	2.250
Total do ativo circulante		20.197	25.917	256.039	250.689
Não circulante					
Aplicações financeiras	9	-	-	-	3.649
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	-	9.034
Impostos a recuperar	8	-	-	-	1.950
Partes relacionadas	10	80.611	68.113	87.049	68.113
Investimentos	11	162.410	208.885	162.410	174.778
Imobilizado	12	-	-	8.028	836
Total do ativo não circulante		243.021	276.998	257.487	258.360
Total do ativo		263.218	302.915	513.526	509.049

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		24.269	24.271	27.701	27.066
Empréstimos e financiamentos	13.1	-	-	-	15.884
Debêntures	13.2	231.007	231.007	231.007	231.007
Salários, provisões e contribuições sociais		8	8	718	607
Tributos e contribuições a recolher	14	3.057	2.020	37.294	6.218
Tributos diferidos	14.2	-	-	65.965	19.416
Arrendamentos	12	-	-	1.136	-
Outros passivos		3	2	8.946	6.169
Total do passivo circulante		<u>258.344</u>	<u>257.308</u>	<u>372.767</u>	<u>306.367</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13.1	-	-	-	13.723
Debêntures	13.2	-	-	-	-
Partes relacionadas	10	1.463	1.462	1.463	1.462
Provisão para risco processuais	15	-	-	137.964	105.709
Provisão para perdas em investimentos	11	11.526	-	-	-
Tributos diferidos	14.2	-	-	-	37.643
Arrendamentos	12	-	-	5.547	-
Outros passivos		-	-	3.900	-
	nte	<u>12.989</u>	<u>1.462</u>	<u>148.874</u>	<u>158.537</u>
	16	<u>174.332</u>	<u>174.332</u>	<u>174.332</u>	<u>174.332</u>
		<u>(182.447)</u>	<u>(130.187)</u>	<u>(182.447)</u>	<u>(130.187)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>(8.115)</u>	<u>44.145</u>	<u>(8.115)</u>	<u>44.145</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>263.218</u>	<u>302.915</u>	<u>513.526</u>	<u>509.049</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Receita líquida	17	-	-	64.349	63.245
Custos dos serviços prestados e vendas	18	-	-	(19.610)	(12.262)
Lucro bruto		-	-	44.739	50.983
Despesas gerais e administrativas		(61)	(23.956)	(41.428)	(49.365)
Outras receitas (despesas), líquidas		(1)	-	(26.938)	(16.278)
Despesas operacionais	18	(62)	(23.956)	(68.366)	(65.643)
Lucro (prejuízo) antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras		(62)	(23.956)	(23.627)	(14.660)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(44.175)	709	(5.587)	3.034
Prejuízo antes do resultado financeiro		(44.237)	(23.247)	(29.214)	(11.626)
Receitas financeiras		-	-	8.888	3.159
Despesas financeiras		(978)	(25.573)	(12.615)	(31.795)
Resultado financeiro	19	(978)	(25.573)	(3.727)	(28.636)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(45.215)	(48.820)	(32.941)	(40.262)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	14.1	-	-	(1.437)	-
Diferido	14.1	-	-	(10.837)	(8.558)
Prejuízo do exercício		(45.215)	(48.820)	(45.215)	(48.820)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Prejuízo do exercício	(45.215)	(48.820)	(45.215)	(48.820)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(45.215)</u>	<u>(48.820)</u>	<u>(45.215)</u>	<u>(48.820)</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros			Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		174.332	-	-	(78.288)	96.044
Ajuste exercício anterior reflexo Arena Dunas		-	-	-	(3.079)	(3.079)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(48.820)	(48.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 reapresentado		174.332	-	-	(130.187)	44.145
Prejuízo do exercício		-	-	-	(45.215)	(45.215)
Ajuste exercício anterior reflexo Arena Dunas	11	-	-	-	(7.045)	(7.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		174.332	-	-	(182.447)	(8.115)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(45.215)	(48.820)	(32.941)	(40.262)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao fluxo de caixa gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	44.175	(709)	5.587	(3.034)
Depreciações e amortizações	18	-	-	454	234
Atualização do ativo financeiro	7	-	-	(37.036)	(27.434)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos	19	-	25.573	5.467	31.097
Provisão para riscos processuais	15	-	-	32.255	18.172
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	6	-	-	-	155
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	45.969	48.608
Despesas antecipadas		-	-	(479)	317
Outros ativos		-	-	(1.471)	(702)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	24.258	(581)	26.438
Salários, provisões e contribuições sociais		-	(542)	(1.334)	(647)
Tributos e contribuições a recolher		1.036	452	11.759	4.086
Outros passivos		-	(297)	19.775	(1.749)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(4)	(85)	42.938	55.279
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicações financeiras		-	-	(3.998)	7.318
Aquisição de imobilizado		-	-	-	(45)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		-	-	(3.998)	7.273
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos pagos	13.1	-	-	(30.356)	(40.695)
Valores tomados a partes relacionadas		1	797	1	796
Debêntures pagas		-	(712)	-	-
Valores pagos a partes relacionadas		(12.497)	-	(15.587)	(4.062)
Dividendos recebidos	10	12.500	-	12.500	-
Juros pagos		-	-	(1.369)	(4.836)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		4	85	(34.811)	(48.797)
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		-	-	4.129	13.755
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-	-	33.619	19.864
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	-	-	37.748	33.619
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		-	-	4.129	13.755

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidada

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A E2 Arenas S.A.- Em Recuperação Judicial (“Companhia”) cuja sede está localizada em Salvador /BA, e foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” de capital fechado, tendo como única acionista a CERTHA Investimentos S.A.- Em Recuperação Judicial (“CERTHA Investimentos”).

A Companhia tem como objeto social: i) exploração da atividade de engenharia civil, e da indústria da construção civil, inclusive gerenciamento; administração e execução de projetos de obras; ii) compra, venda e aluguel de imóveis e espaços imobiliários; iii) incorporação imobiliária; iv) prestação de serviços de gestão financeira; v) prestação de serviços de cessão de mão de obra; vi) locação de máquinas e equipamentos, com e sem operador; vii) administração e comercialização de espaço publicitário próprio; viii) coordenação e contratação da produção de material editorial para mídia impressa; ix) participação em outras sociedades no Brasil e no Exterior de qualquer ramo, podendo inclusive constituir e participar de consórcios de empresas; x) administração de bens imobiliários; xi) gestão de eventos esportivos e realização de atividade de entretenimento em geral, incluindo realização de shows, festas, eventos culturais, religiosos e congêneres, podendo inclusive comercializar espaços para os expectadores de referidos eventos, tais como arquibancada, cadeiras, camarotes, entre outros. xii) comercialização de alimentos, bebidas, artigos de vestuário e acessórios em geral; xiii) exploração de estacionamento; e xiv) exploração de mídia impressa, eletrônica e digital.

1.1 Recuperação Judicial da Companhia e de determinadas empresas do Grupo Metha

Em 17 de outubro de 2023, a Companhia, sua controladora direta Certha Investimentos S.A., a controladora indireta Metha S.A., e outras empresas do Grupo Metha, a saber: KPE Performance em Engenharia S.A., Megha Infraestrutura S.A., Alpha 3 Participações S.A., G.O. Participações S.A., e OAS Restructuring (BVI), em conjunto doravante denominadas “Companhias em recuperação”, em vista da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades, (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; ajuizaram, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 8139252-58.2023.8.05.0001, em conjunto, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“Lei de Recuperação Judicial”).

Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial), a EXM Partners Assessoria Empresarial LTDA.

As Companhias em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de janeiro de 2024 as empresas recuperandas protocolaram o Plano de Recuperação Judicial no qual foram apresentados os termos e condições para reestruturação da dívida, juntamente com o Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos.

Em 21 de junho de 2024, foi concedida a prorrogação do *stay period*, período durante o qual há a suspensão das ações de execução contra as Companhias em recuperação, por um prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias. Em 18 de dezembro de 2024, foi concedida nova prorrogação por mais 90 (noventa) dias.

Conforme Nota Explicativa nº 23, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 24 de abril de 2025.

1.2 Acordos com órgãos públicos firmados

Grupo METHA

Acordo de Leniência

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Neste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 mil, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

Acordo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

A Construtora COESA S.A. celebrou, no total, dez Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 310.174 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. As obrigações decorrentes do acordo de leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA S.A.

Grupo Novonor

Acordo de Leniência

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor (atual denominação do Grupo Odebrecht), controlador em conjunto da investida Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“MPF”), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"), que celebrou acordo individual. O acordo firmado pela Novonor com o MPF é parte de um Acordo Global, coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, se compromete a pagar o valor global equivalente a R\$ R\$3.828.000 em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, valores estes reajustados pela taxa SELIC simples.

2. Entidades da Companhia

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas e controladas em conjunto consideradas nas informações consolidadas:

	Participação direta no capital social		
	País	2024	2023
<u>Controladas</u>			
Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Arena das Dunas")	Brasil	100,00%	100,00%
<u>Controlada em conjunto</u>			
Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Arena Fonte Nova" ou "Fonte Nova")	Brasil	50,00%	50,00%

3. Bases de preparação e políticas contábeis

3.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 19 de maio de 2025.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

b) Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas e os pronunciamentos emitidos pelo CPC, exige que a diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e baseiam-se na experiência histórica entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, assim como análise do risco para determinação de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da diretoria, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

d) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um ativo financeiro.

3.2 Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente no exercício corrente:

a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e de sua controlada são, substancialmente, representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros ativos, e os passivos financeiros pelo contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras obrigações.

Ativo Financeiro

Referem-se à parcela dos direitos faturados e a faturar decorrentes do Contrato de Parceria Público Privada (“Contrato de PPP”) firmado com o poder concedente (Estado do Rio Grande do Norte) até o final da concessão. Foi classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

b.1) Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Tais instrumentos financeiros são apresentados como ativos circulante e não circulante, compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativos financeiros da concessão, contas a receber e outros ativos. Esses ativos são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (impairment). O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

b.2) Passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

como durante o processo de amortização.

Os principais passivos financeiros da Companhia estão compreendidos por contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras obrigações.

c) Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Estado do Rio Grande do Norte como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas.

d) Investimentos e base de consolidação

d.1) Investimentos em empresas controladas

Os investimentos da Companhia em sua controlada e controlada em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de preparação das demonstrações contábeis individuais.

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis de sua controlada. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

d.2) Investimento em empresa com controle compartilhado

Empresa com controle compartilhado é aquela na qual o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. O investimento em empresa com controle compartilhado é reconhecido no ativo não circulante e como resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa.

e) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e.1) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e.2) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício, são reconhecidas como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Reconhecimento de receita

f.1) Receita do contrato de concessão

A receita do contrato de concessão da controlada Arena das Dunas, compreende a remuneração fixa estabelecida no contrato de concessão, onde 85% do valor originalmente estabelecido corresponde a parcela garantida e os demais 15% estão sujeitos à análise de desempenho, pactuados contratualmente. O valor original do contrato é atualizado monetariamente, da forma estabelecida no contrato de concessão.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f.2) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de sua controlada e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

l) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

I.1) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 - Contratos de concessão: (i) determinação de direito de uso de ativos especificados; (ii) obrigações de prestar serviços ou direitos de receber serviços; (iii) obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão e (iv) outros direitos e obrigações, por exemplo, grandes manutenções periódicas.

I.2) Estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Nota explicativa nº 7 - Mensuração do valor justo dos ativos financeiros do contrato de concessão: premissas contratuais que possam afetar a certeza dos fluxos de caixa futuros, por exemplo: o período da concessão, datas de reajustes nos preços e bases sobre as quais o reajuste ou renegociação serão determinados;
- Nota Explicativa nº 7 - Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos ativos financeiros, objeto do contrato de concessão;
- Nota Explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

m) Provisões

A Companhia e sua controlada reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2024 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

n) Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

p) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

A alteração esclarece os critérios que devem ser observados para a classificação de passivos com base nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Essa alteração reforça a necessidade de considerar somente os direitos substantivos existentes na data de reporte. A alteração entrou em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: Imposto de Renda Diferido sobre Transações Únicas

A alteração trata do reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos em transações que dão origem simultaneamente a ativos e passivos com o mesmo valor contábil inicial, como ocorre em arrendamentos e provisões de descomissionamento. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação prática generalizada a partir de 2024.

CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Erros: Definição de Estimativas Contábeis

A alteração redefine o conceito de estimativas contábeis, diferenciando-o com mais clareza das políticas contábeis, o que contribui para melhor aplicação e divulgação de julgamentos contábeis. Efetiva a partir de 1º de janeiro de 2023, com reflexos implementados em 2024.

CPC 26 (R1) / IAS 1 e Pronunciamento IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de Políticas Contábeis

A alteração visa melhorar a relevância das informações sobre políticas contábeis, focando em divulgações que sejam úteis para os usuários das demonstrações, em detrimento de descrições genéricas. Aplicável a exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos: Venda com Leaseback

A alteração trata do reconhecimento do passivo de arrendamento em transações de venda com leaseback, esclarecendo o tratamento contábil após a data da transação. Efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

A diretoria da Companhia e suas controladas não estima efeito relevante quando da adoção inicial das referidas normas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023

Durante o exercício de 2024, a controlada Arena das Dunas efetuou ajustes contábeis referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.686 mil, sendo R\$ 3.079 mil relativos ao exercício de 2022 e R\$ 1.607 mil referentes ao exercício de 2023. Para atender o Pronunciamento Técnico CPC – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foram considerados os efeitos retrospectivos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações contábeis originalmente apresentados no exercício findo em 2023:

a) Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	2023		2023	2023		2023
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	33.619	-	33.619
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	200.953	-	200.953
Contas a receber	-	-	-	930	-	930
Partes relacionadas	25.917	-	25.917	9.070	-	9.070
Impostos a recuperar	-	-	-	3.867	-	3.867
Outros ativos	-	-	-	2.406	(155)	2.251
Total do ativo circulante	25.917	-	25.917	250.845	(155)	250.690
Não circulante						
Aplicações financeiras	-	-	-	3.649	-	3.649
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	9.034	-	9.034
Impostos a recuperar	-	-	-	1.950	-	1.950
Partes relacionadas	68.113	-	68.113	68.113	-	68.113
Investimentos	213.571	(4.687)	208.884	174.777	-	174.777
Imobilizado	-	-	-	803	32	835
Total do ativo não circulante	281.684	(4.687)	276.997	258.326	32	258.358
Total do ativo	307.601	(4.687)	302.914	509.171	(123)	509.048

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	2023		2023	2023		2023
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	24.271	-	24.271	27.147	(82)	27.065
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	15.884	-	15.884
Debêntures	231.007	-	231.007	231.007	-	231.007
Salários, provisões e contribuições sociais	8	-	8	2.052	(1.445)	607
Tributos e contribuições a recolher	2.020	-	2.020	25.634	-	25.634
Outros passivos	2	-	2	413	5.757	6.170
Total do passivo circulante	257.308	-	257.308	302.137	4.230	306.367
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	13.723	-	13.723
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	1.462	-	1.462	1.462	-	1.462
Provisão para risco processuais	-	-	-	105.375	334	105.709
Tributos diferidos	-	-	-	37.643	-	37.643
Total do passivo não circulante	1.462	-	1.462	158.203	334	158.537
Patrimônio líquido						
Capital social	174.332	-	174.332	174.332	-	174.332
Reserva de lucros	(125.501)	(4.687)	(130.188)	(125.501)	(4.687)	(130.188)
Total do patrimônio líquido	48.831	(4.687)	44.144	48.831	(4.687)	44.144
Total do passivo e do patrimônio líquido	307.601	(4.687)	302.914	509.171	(123)	509.048

b) Demonstrações dos resultados do exercício

	Controladora			Consolidado		
	2023		2023	2023		2023
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	-	-	-	63.245	-	63.245
Custos dos serviços prestados e vendas	-	-	-	(12.262)	-	(12.262)
Lucro bruto	-	-	-	50.983	-	50.983
Despesas gerais e administrativas	(23.956)	-	(23.956)	(50.764)	1.399	(49.365)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	(13.272)	(3.006)	(16.278)
Despesas operacionais	(23.956)	-	(23.956)	(64.036)	(1.607)	(65.643)
Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras	(23.956)	-	(23.956)	(13.053)	(1.607)	(14.660)
Resultado de equivalência patrimonial	2.316	(1.607)	709	3.034	-	3.034
Prejuízo antes do resultado financeiro	(21.640)	(1.607)	(23.247)	(10.019)	(1.607)	(11.626)
Receitas financeiras	-	-	-	3.159	-	3.159
Despesas financeiras	(25.573)	-	(25.573)	(31.795)	-	(31.795)
Resultado financeiro	(25.573)	-	(25.573)	(28.636)	-	(28.636)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(47.213)	(1.607)	(48.820)	(38.655)	(1.607)	(40.262)
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	(8.558)	-	(8.558)
Prejuízo do exercício	(47.213)	(1.607)	(48.820)	(47.213)	(1.607)	(48.820)

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora			Consolidado		
	2023 Apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado	2023 Apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado
Prejuízo do exercício	(47.213)	(1.607)	(48.820)	(47.213)	(1.607)	(48.820)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(47.213)</u>	<u>(1.607)</u>	<u>(48.820)</u>	<u>(47.213)</u>	<u>(1.607)</u>	<u>(48.820)</u>

d) Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2023 Apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado	2023 Apresentado	Ajustes	2023 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(47.213)	(1.607)	(48.820)	(38.655)	(1.607)	(40.262)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao fluxo de caixa gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais:						
Resultado de equivalência patrimonial	(2.316)	1.607	(709)	(3.034)	-	(3.034)
Depreciações e amortizações	-	-	-	262	(28)	234
Atualização do ativo financeiro	-	-	-	(27.434)	-	(27.434)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos	25.573	-	25.573	31.097	-	31.097
Provisão para riscos processuais	-	-	-	17.838	334	18.172
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-	155	155
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Contas a receber	-	-	-	48.608	-	48.608
Despesas antecipadas	-	-	-	317	-	317
Outros ativos	-	-	-	(702)	-	(702)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores	24.258	-	24.258	26.438	-	26.438
Salários, provisões e contribuições sociais	(542)	-	(542)	(647)	-	(647)
Tributos e contribuições a recolher	452	-	452	4.086	-	4.086
Outros passivos	(297)	-	(297)	(2.895)	1.146	(1.749)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(85)</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>	<u>55.279</u>	<u>-</u>	<u>55.279</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Aplicações financeiras	-	-	-	7.318	-	7.318
Aquisição de imobilizado	-	-	-	(45)	-	(45)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.273</u>	<u>-</u>	<u>7.273</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Empréstimos pagos	-	-	-	(40.695)	-	(40.695)
Valores tomados a partes relacionadas	797	-	797	796	-	796
Valores pagos a partes relacionadas	(712)	-	(712)	(4.062)	-	(4.062)
Juros pagos	-	-	-	(4.836)	-	(4.836)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>85</u>	<u>85</u>	<u>85</u>	<u>(48.797)</u>	<u>-</u>	<u>(48.797)</u>
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.755</u>	<u>-</u>	<u>13.755</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	19.864	-	19.864
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	-	33.619	-	33.619
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.755</u>	<u>-</u>	<u>13.755</u>

4. Contrato de concessão

Segue abaixo um breve descritivo do contrato de concessão da controlada Arena das Dunas.

A Arena das Dunas firmou em 15 de abril de 2011, Contrato de PPP, na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do “Machadão e Machadinho”, com o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Departamento de Estrada de Rodagens do Rio Grande do Norte - DER (Poder Concedente). O prazo de concessão é de 20 anos e as obras de construção foram concluídas em de janeiro de 2014.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário a demolição e remoção do “Machadão e Machadinho”, construção, manutenção e gestão da operação do Estádio das Dunas e de seu estacionamento. A concessionária explorará economicamente a Arena das Dunas e os bens móveis e imóveis que o integram, porém, a referida arena multiuso precisou preencher os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 para receber partidas da Copa do Mundo de 2014.

A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor mensal de 85% fixo da contraprestação, também chamado de parcela fixa e um valor mensal de 15% variável da contraprestação, também chamado de parcela variável. A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável.

Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, O Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Atualmente, a Companhia está recebendo o equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (“TCE-RN”), por ter o poder judiciário do Rio Grande do Norte entendido ser este o percentual incontroverso, com base no apontado no relatório do TCE-RN.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	-	-	398	69
Certificados de depósitos bancários - CDB (a)	-	-	37.350	33.550
	-	-	<u>37.748</u>	<u>33.619</u>

(a) Os certificados de depósito bancários são remunerados por taxas equivalentes a aproximadamente 99% do CDI com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
Bilheteria (a)	1.247	1.247
Camarote (a)	1.318	
Cessão de uso da marca (b)	4.800	1.384
(-) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (c)	(1.949)	(1.701)
Total	<u>5.416</u>	<u>930</u>

- (a) Referem-se aos recebíveis decorrentes das atividades de operação relativas às vendas de serviços contemplados no contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte.
- (b) A Companhia vendeu o direito de propriedade do nome (*naming rights*) da Arena das Dunas à Casa de Apostas, no 1º semestre de 2024, por R\$ 6.000, a ser recebido em 5 parcelas anuais de R\$ 1.200, com vigência de 05 de abril de 2024 a 05 de abril de 2029.
- (c) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2024, a análise do vencimento do saldo do contas a receber líquido é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
A vencer	4.818	39
Até 30 dias	122	167
Até 60 dias	40	74
Até 90 dias	355	317
Até 180 dias	65	162
Até 365 dias	16	171
Total	<u>5.416</u>	<u>930</u>

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo financeiro da concessão

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
Recebíveis de contrato de concessão - faturado	160.977	121.362
Recebíveis de contrato de concessão - a faturar	263.922	316.956
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(228.331)	(228.331)
Total	<u>196.568</u>	<u>209.987</u>
Ativo circulante	196.568	200.953
Ativo não circulante	-	9.034
Total	<u>196.568</u>	<u>209.987</u>

Referem-se à parcela dos direitos faturados e a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte até o final da concessão. Foi classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas.

A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor nominal mensal de R\$ 14.376. Deste montante, R\$ 11.048 correspondem à parcela fixa da contraprestação, e R\$ 2.895 corresponde à parcela variável da contraprestação, esta última depende de indicadores de desempenho pactuados contratualmente relacionados à operação da Arena. A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável. Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável.

7.1 Mudança de base de estimativa do ativo financeiro

Em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal citou a Arena das Dunas para apresentar contestação e igualmente a notificou acerca do deferimento de pedido para depositar em juízo o pagamento devido em 12 de julho de 2016.

A referida ação é fundamentada em um relatório preliminar do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN") que concluiu que o custo por assento da Arena das Dunas estaria superior ao que poderia ser considerado adequado e, portanto, estaria viciado por sobrepreço.

A Arena das Dunas apresentou esclarecimentos e documentos iniciais ao TCE-RN, bem como contestou a ação no âmbito judicial no prazo legal e recorreu das decisões liminares que autorizaram provisoriamente a suspensão dos pagamentos, de forma que em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte ("TJ-RN") reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, por ser este o percentual incontroverso, conforme apontado no relatório do TCE-RN.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Diante do exposto anteriormente, a Arena das Dunas efetuou o reconhecimento da perda do valor não recuperável no fim do exercício de 2017 considerando as seguintes premissas: o não recebimento acumulado dos 25% do valor da contraprestação considerado controverso em decisão do TCE-RN mensurado em R\$ 66.338; ajuste no saldo remanescente do ativo financeiro em 25% por se tratar do possível volume de caixa não recuperável ao longo do contrato de concessão e que já foi reconhecido como um recebível mensurado em R\$ 161.993. Dessa forma, o valor total do ajuste no ativo financeiro considerado no teste de recuperabilidade foi de R\$ 228.331 até aquele ano.

Devido à manutenção dos efeitos do não recebimento dos 25% da contraprestação nos exercícios seguintes, a Arena das Dunas realizou a cada mês o reconhecimento da perda considerando em modelagem financeira o fluxo futuro dos recebimentos da contraprestação em sua integralidade. Esse método de mensuração impulsionou a TIR (Taxa Interna de Retorno) calculada como efeito para manter o volume da receita de atualização do ativo financeiro no mesmo nível de antes do efeito do *impairment*.

A seguir está apresentada a movimentação do ativo financeiro:

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
Saldo em 1º de janeiro	209.987	231.222
Receita operacional	34.407	33.051
Atualização financeira	37.036	27.433
Recebimento das contraprestações	(82.940)	(79.872)
IRRF sobre contraprestações	(1.922)	(1.847)
Saldo em 31 de dezembro	<u>196.568</u>	<u>209.987</u>

8. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
IRRF retido (a)	5.620	2.901
PIS e COFINS a recuperar (b)	6.268	473
Outros	63	2.443
Total	<u>11.951</u>	<u>5.817</u>
Circulante	11.951	3.867
Não circulante	-	1.950
Total	<u>11.951</u>	<u>5.817</u>

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação pela Companhia.

- Refere-se ao valor retido das faturas emitidas das parcelas da contraprestação.
- Os valores de PIS e COFINS a recuperar referem-se, substancialmente, aos créditos advindos das operações de aquisição de serviços pela Companhia no período de construção da Arena das Dunas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
Certificados de depósito bancário - CDB	-	3.649

A aplicação financeira de longo prazo foi encerrada em setembro de 2024 e transferida para a conta corrente. O saldo em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 3.649 mil e referia-se à constituição de uma conta reserva à título de garantia, a ser preenchida com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros do contrato de empréstimo junto ao Banco do Nordeste por intermédio do BNDES dos subcréditos “A” e “B”, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

A aplicação financeira é remunerada por uma taxa equivalente a aproximadamente 99% dos Certificados de Depósitos Bancários (“CDI”), com resgate restrito ao vencimento da dívida que ocorrerá em 2026. Além disso, o saldo sobressalente da aplicação financeira corresponde à operação estruturada de *cash sweep* para amortização antecipada da dívida com o BNDES.

10. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Ativo circulante				
Arena das Dunas (a)	20.197	20.197	-	3.350
Fonte Nova (a)	-	5.720	-	5.720
Total	20.197	25.917	-	9.070
Ativo não circulante				
CERTHA Investimentos S.A. (b)	80.611	68.113	80.611	68.113
Metha S.A. (c)	-	-	23.519	23.519
(-) Redução ao valor recuperável (c)	-	-	(23.519)	(23.519)
Helide Gestão Ltda	-	-	6.438	-
Total	80.611	68.113	87.049	68.113
Passivo não circulante				
Metha S.A (b)	1.463	1.462	1.463	1.462
Total	1.463	1.462	1.463	1.462

(a) Refere-se a dividendos propostos a receber.

(b) Refere-se a saldo de conta corrente *intercompany* e sem incidência de encargos financeiros.

(c) Refere-se ao saldo a receber da Metha registrado na Arenas das Dunas para o qual foi registrado redução ao valor recuperável em 2022.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

a) Informações sobre as investidas

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2023		2023		2023		2023	
	2024	Reapresentado	2024	Reapresentado	2024	Reapresentado	2024	Reapresentado
Controlada								
Arena das Dunas	270.507	260.589	282.033	233.526	(11.526)	27.063	(38.588)	(9.368)
Controlada em conjunto								
Arena Fonte Nova	625.165	674.358	300.347	324.805	324.818	349.553	(11.176)	6.067

As informações acima de cada entidade não levam em consideração o percentual de participação da Companhia.

b) Controladora

	2023		Movimentação			2024		
	Reapresentado		Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Provisão para perda	Outros	Investimentos	Provisão para perdas em investimentos
	Investimentos							
Arena das Dunas	34.107	(38.588)	-	-	(7.045)	-	(11.526)	
Arena Fonte Nova	174.778	(5.587)	(6.781)	-	-	162.410	-	
Total	208.885	(44.175)	(6.781)	-	(7.045)	162.410	(11.526)	

	2022		Movimentação			2023		
	Reapresentado		Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Provisão para perda	Outros (i)	Investimentos	Provisão para perdas em investimentos
	Investimentos							
Arena das Dunas	39.511	(2.325)	-	-	(3.079)	34.107	-	
Arena Fonte Nova	177.228	3.034	(5.484)	-	-	174.778	-	
Total	216.739	709	(5.484)	-	(3.079)	208.885	-	

(i) Reconciliação com saldo reportado em 2023

O saldo inicial do investimento em Arena das Dunas em 1º de janeiro de 2024 apresenta diferença em relação ao saldo final divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023, em razão de ajuste realizado pela controlada em 2024 referente à apuração de tributos sobre o lucro do exercício de 2023.

No momento do fechamento das demonstrações de 2023 da controladora, a controlada ainda não havia concluído seus processos de encerramento contábil e auditoria. O ajuste, concluído posteriormente decorre da finalização das obrigações acessórias e da auditoria da controlada, sendo classificado como evento subsequente não ajustável, conforme o CPC 24 – Evento Subsequente. Dessa forma, o impacto do ajuste foi reconhecido como ajuste de anteriores na controladora.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Consolidado

	2023		Movimentação		2024
	Reapresentado	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Outros	Investimentos
Arena Fonte Nova	174.778	(5.587)	(6.781)	-	162.410
Total	174.778	(5.587)	(6.781)	-	162.410

	2022		Movimentação		2023
	Reapresentado	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Outros	Investimentos
Arena Fonte Nova	177.228	3.034	(5.484)	-	174.778
Total	177.228	3.034	(5.484)	-	174.778

Arena das Dunas

Não houve pagamento de dividendos nos anos de 2024 e de 2023.

Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”)

A Fonte Nova é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 11 de janeiro de 2010. É parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (“SETRE” ou “Poder Concedente”). O prazo original da concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013.

A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Consequentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que a integram.

Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Fonte Nova, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo (“IPCA”), com término em março de 2028. Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (“TCE-BA”), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a Fonte Nova, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n. 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demanda. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Fonte Nova em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, a Administração da Fonte Nova, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato- Fonte Nova

A Fonte Nova e o Poder concedente celebraram em outubro de 2021 o Termo Aditivo nº 5 (“5º Aditivo” ou “aditamento”).

Fundamentado pelo Estudo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pelo Banco Fator, o 5º Aditivo estabeleceu a emissão de empenho direto em nome dos Credores (“Empenho Direto”), para amortização parcial da dívida oriunda dos contratos de financiamentos firmados no âmbito da Concessão.

A operação do Empenho Direto culminou com a redução do valor da Contraprestação Pública devida pelo Poder Concedente à Concessionária, que passou de R\$ 180,9 milhões para R\$ 102,3 milhões anuais. Não houve alteração do prazo de pagamento da contraprestação pública.

O aditamento estabeleceu também a redução do prazo da concessão, que passou de 35 anos para 18 anos e 02 meses, encerrando-se em 31 de março de 2028.

Como resultado da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, a qual motivou a Glosa do pagamento da Contraprestação da competência janeiro de 2018, o 5º Aditivo estabeleceu a devolução do valor glosado, bem como o pagamento, a favor da Concessionária, referente ao Risco de Demanda Compartilhado, conforme apurado em Peritagem técnica elaborada pela Ernst & Young.

Por fim, foi estabelecido que a Concessionária deverá compartilhar 10% das Receitas Operacionais Líquidas auferidas anualmente com o Poder Concedente a partir da assinatura do termo aditivo.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Consolidado	2024		2023		% a.a.
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Taxas médias de depreciação (% a.a.)
Máquinas e equipamentos	1.947	(907)	1.040	563	10
Móveis e utensílios	614	(418)	196	151	10
Equipamentos de informática	531	(416)	115	83	10
Benfeitorias imoveis de terceiros	10	(5)	5	7	4
Direito de uso de arrendamento (a)	6.840	(200)	6.640	-	
Outros	43	(11)	32	32	10
Total	9.985	(1.957)	8.028	836	

(a) Direito de uso – arrendamentos

Para os contratos de arrendamento, a Companhia reconheceu o direito de uso do ativo arrendado e o passivo relacionado aos pagamentos futuros, cujos saldos, em 31 de dezembro de 2024, podem ser demonstrados conforme segue:

Ativos

	Consolidado	
	2024	2023
Adoção da norma em 01 de novembro de 2024	6.840	-
(-) Despesa de depreciação	(200)	-
	6.640	-

Passivos

	Consolidado	
	2024	2023
Adoção da norma em 01 de novembro de 2024	6.840	-
(-) Pagamentos de arrendamento mercantil	(252)	-
Despesas financeiras	95	-
	6.683	-
Passivo Circulante	1.136	-
Passivo não Circulante	5.547	-

Para determinação do valor justo dos arrendamentos, foi aplicada uma taxa de desconto de 10% aos pagamentos considerando-se o prazo de vigência dos contratos (5 anos) e a taxa de juros dos financiamentos praticados no mercado brasileiro.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Passivos financeiros

13.1. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	Consolidado	
				2024	2023 Reapresentado
<u>Empréstimos</u>					
BNDES	R\$	TJLP + 3,44%	2026	-	30.478
(-) Custos da transação a amortizar				-	(871)
Total				-	29.607
Passivo circulante				-	15.884
Passivo não circulante				-	13.723
Total				-	29.607

Para a execução dos custos iniciais das obras de construção do Estádio das Dunas – “Arena das Dunas”, a Companhia obteve, em 14 de outubro de 2012, a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, nomeados contratualmente como BNDES subcrédito A e BNDES subcrédito B, no montante total de R\$ 396.575 mil. Os juros foram pagos mensalmente juntamente com as parcelas mensais e sucessivas do principal, até o mês de setembro de 2024, que foi o período de quitação antecipada do financiamento.

A Arena das Dunas alocou o saldo do não circulante da dívida junto aos créditos circulantes devido à quebra de “covenants” no seguinte item contratual: “Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa da Conglomerado Econômico sem anuência do BNDES”, ocasionando a possibilidade de antecipação da liquidação da dívida.

A movimentação ocorrida no exercício de 2024 é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
Saldo inicial	29.607	69.614
(-) Pagamento de principal	(30.486)	(40.695)
(-) Pagamento de juros	(1.270)	(4.836)
(+) Juros provisionados	1.278	5.215
(-) Amortização de custo da transação	871	309
Saldo final	-	29.607

Garantias

Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da prestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

“Covenants” contratuais

O contrato de financiamento apresenta cláusulas restritivas baseadas no cálculo do ICSD – Índice

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de Cobertura do Serviço da Dívida como forma de limitação à distribuição de dividendos. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais:

- Não realizar alterações no Contrato de PPP;
- Não efetuar qualquer aditamento à escritura de emissão de debêntures sem a prévia anuência do BNDES;
- Ocorrência de vencimento antecipado das debêntures objeto da 1ª Emissão de Debêntures;
- Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES;
- Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa do Grupo Econômico sem anuência do BNDES;
- Não realizar alterações societárias sem a prévia anuência dos agentes.

A Companhia alocou o saldo do não circulante da dívida junto aos créditos circulantes devido à quebra de “*covenant*” no seguinte item contratual: “Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa da Companhia Econômico sem anuência do BNDES”, ocasionando a possibilidade de antecipação da liquidação da dívida.

O contrato de empréstimo junto ao BNDES tem como agente garantidor a METHA.

13.2. Debêntures - consolidado

	2024			2023
	Principal	Encargos	Total	Reapresentado
E2 Arenas (a)	79.573	151.434	231.007	231.007
Total	<u>79.573</u>	<u>151.434</u>	<u>231.007</u>	<u>231.007</u>
Circulante			231.007	231.007
Não circulante			-	-
Total			<u>231.007</u>	<u>231.007</u>

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial de 2015, os credores financeiros da SPE Gestão, diante da novação da integralidade dos seus Créditos, seriam pagos conforme detalhado abaixo.

- (a) a E2 Arenas assumiu integralmente a dívida da SPE Gestão junto à Vinci Gestora de Recursos S.A, mediante aditivo assinado em janeiro de 2017, asseguradas as condições mínimas originalmente pactuadas, sem prejuízo das modificações definidas nos itens a seguir, ficando, dessa forma, a SPE Gestão e a CERTHA Investimentos integral e irrevogavelmente exoneradas de sua obrigação; a atualização monetária das parcelas se dará pela variação do IPCA, acrescida de juros de 10,3% ao ano, os quais serão capitalizados e pagos em parcela única devida em 31 de maio de 2022; e haverá amortização extraordinária e compulsória de juros e principal (de forma consolidada e proporcional), na hipótese de recebimento pela E2 Arenas de dividendos da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. e da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A..

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1., considerando o pedido de Recuperação Judicial ajuizado em outubro de 2023, não houve pagamentos ou atualização dos saldos a partir dessa data.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação ocorrida no exercício de 2024 é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
Saldo inicial	231.007	205.434
(-) Pagamento de principal	-	-
(+) Juros provisionados	-	25.573
Saldo final	<u>231.007</u>	<u>231.007</u>

Não existem cláusulas de repactuação para as debêntures.

14. Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
IR e CSLL a recolher	1.436	580	8.399	580
ISS a recolher	-	-	13.303	4.162
PIS e COFINS a recolher	-	-	13.901	-
Impostos retidos na fonte	1.621	1.440	1.691	1.476
Total	<u>3.057</u>	<u>2.020</u>	<u>37.294</u>	<u>6.218</u>
Circulante	3.057	2.020	37.294	6.218
Não circulante	-	-	-	-
Total	<u>3.057</u>	<u>2.020</u>	<u>37.294</u>	<u>6.218</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, em 2025 a Companhia aderiu Companhia aderiu à transação promovida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o objetivo de regularizar os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, tendo efetuado o parcelamento do saldo devedor.

14.1. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. O cálculo do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(45.215)	(47.213)	(32.941)	(40.262)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
	15.373	16.052	11.200	13.689
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	(15.020)	787	(1.900)	1.032
Efeito dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa (não constituídos)	(353)	(16.839)	(21.574)	(22.733)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(12.274)	(8.012)
Correntes	-	-	(1.437)	-
Diferidos	-	-	(10.837)	(8.558)
Total	-	-	(12.274)	(8.558)

14.2. Tributos diferidos

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
PIS diferido	3.240	3.465
ISS diferido	6.597	7.267
COFINS diferido	14.926	15.959
IRPJ diferido	30.297	22.330
CSLL diferido	10.905	8.038
Total	65.965	57.059
Passivo circulante	65.965	19.416
Passivo não circulante	-	37.643
Total	65.965	57.059

Os saldos de tributos diferidos referem-se à incidência dos referidos tributos sobre o ativo financeiro. Os saldos estão sendo liquidados com o recebimento das contraprestações mensais da controlada Arena das Dunas.

15. Provisões para riscos processuais

A controlada Arena das Dunas, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

	Consolidado			2024
	2023 Reapresentado	Provisões	Valores revertidos	
Processos tributários	105.709	32.255	-	137.964
Total	105.709	32.255	-	137.964

Os valores representam uma provisão reconhecida no valor de R\$ 137.964 (R\$ 105.375 em 2023), sendo R\$ 34.098 decorrente de uma ação judicial contra a Arena das Dunas de natureza tributária

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e classificada com o risco provável (IPTU e taxa de lixo) e R\$ 3.866 mil relacionados à escrituração de créditos de impostos federais, atualizados.

A controlada Arena das Dunas tem ações de natureza cível, fiscal e trabalhista envolvendo risco de perda classificados como possíveis no montante de R\$ 37.422 com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. A parcela mais relevante desses processos é de natureza fiscal relacionada a discussão quanto a escrituração de créditos de impostos federais. A controlada Arena das Dunas espera não incorrer em perdas relacionadas a esses processos.

16. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 174.332, representado por 174.332.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00.

Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

Dividendos

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia apurou prejuízos e, por conta disto, não distribuiu dividendos mínimos obrigatórios.

17. Receita líquida

	Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado
Receita de operação (a)	34.406	33.051
Receita adicional	5.892	5.900
Atualização do ativo financeiro	37.036	27.434
Total	77.334	66.385
Impostos incidentes sobre a receita	(12.985)	(3.140)
Receita líquida	<u>64.349</u>	<u>63.245</u>

(a) Refere-se à parcela variável da contraprestação recebida pela controlada Arena das Dunas o que corresponde a 15% da parcela integral, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demonstração do resultado por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
Pessoal	-	415	(6.275)	(5.362)
Terceiros	(1)	(24.279)	(26.866)	(33.466)
Gastos gerais	-	-	(13.477)	(312)
Alugueis	-	-	(3.238)	(219)
Utilidades e serviços	(1)	(41)	(1.925)	(2.142)
Depreciação e amortização	-	-	(454)	(234)
Viagens e representações	-	-	(487)	(219)
Impostos e taxas	-	-	-	(936)
Provisão para contingências	-	-	(32.255)	(7.985)
Outros	(60)	(51)	(2.999)	(27.030)
Total	(62)	(23.956)	(87.976)	(77.905)
Custos dos serviços prestados	-	-	(19.610)	(12.262)
Despesas operacionais	(62)	(23.956)	(68.366)	(65.643)
Total	(62)	(23.956)	(87.976)	(77.905)

19. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023 Reapresentado	2024	2023 Reapresentado
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros sobre aplicações financeiras	-	-	8.888	3.134
Outras receitas financeiras	-	-	-	25
Subtotal	-	-	8.888	3.159
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(2.118)	(5.215)
Debêntures	-	(25.573)	-	(25.573)
Partes relacionadas	-	-	-	-
Despesas e comissões bancárias	-	-	-	-
IOF	-	-	-	(188)
Outras despesas financeiras	(978)	-	(10.497)	(819)
Subtotal	(978)	(25.573)	(12.615)	(31.795)
Total	(978)	(25.573)	(3.727)	(28.636)

20. Instrumentos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis.

	Hierarquia de valor justo	Saldos em 31/12/2024			
		Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	37.748	37.748
Aplicações financeiras	2	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	3	-	-	5.416	5.416
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	N/A	-	-	-	-
Debêntures	N/A	231.007	231.007	231.007	231.007

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, contas a pagar a fornecedores e outros passivos se aproximam do seu valor de mercado.
- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia e sua controlada com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo.
- Valor justo de instrumentos não negociáveis de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuros descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

21. Seguros (não auditado)

A Arena da Dunas e a Fonte Nova mantêm seguro de responsabilidade civil e de garantia para cobrir eventuais riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

22. Gestão de risco financeiro

As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tesouraria corporativa da Companhia e suas controladas coordenam o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela diretoria, que fornece os princípios por escrito relacionados aos riscos de moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas não operam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada Arena da Dunas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e do IPCA.

A Companhia e suas controladas analisam exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma variação razoavelmente possível nas taxas de juros, com todas as outras variáveis mantidas constantes. Além do cenário provável, apresentamos os cenários de aumento de taxas: 25% (cenário A) e 50% (cenário B).

Operação	Risco	Taxa	Cenário Original	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
<u>Passivo:</u>							
Empréstimos e financiamentos	TJLP	7,43%	-	-	-	-	
Debêntures	IPCA	4,83%	231.007	242.165	244.954	247.743	
Subtotal			231.007	242.165	244.954	247.743	
<u>Ativo:</u>							
Aplicações financeiras curto prazo	CDI	10,88%	37.350	41.414	42.430	43.446	
Aplicações financeiras longo prazo	CDI	10,88%	-	-	-	-	
Subtotal			37.350	41.414	42.430	43.446	
Total			193.657	200.751	202.524	204.297	
Efeito no patrimônio considerando os cenários					(1.773)	(3.546)	

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os vencimentos de debêntures, empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados na Nota Explicativa nº 13. As contas a pagar de fornecedores possuem vencimentos inferiores há um ano.

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, por meio da otimização do custo de capital, retorno das aplicações financeiras e otimização do valor do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não considera assumir riscos financeiros, a não ser aqueles restritos ao financiamento de suas atividades principais.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na Nota Explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e o patrimônio líquido da Companhia. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A Companhia revisa periodicamente os riscos relacionados às instituições financeiras nas quais a Companhia aplica seu caixa. Como parte dessa revisão, a Companhia considera o *rating* das instituições financeiras e o comportamento das moedas às quais a Companhia está ou estará exposta.

	Consolidado	
	2024	2023
		Reapresentado
<u>Passivos financeiros</u>		
Empréstimos e financiamentos	-	15.884
Debêntures	231.007	231.007
Total	231.007	246.891
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	37.748	33.619
Aplicações financeiras	-	3.649
Total	37.748	37.268
Dívida líquida	193.259	209.623
Patrimônio líquido	(8.115)	44.145
Índice de endividamento	(23,82)	4,75

23. Eventos subsequentes

Adesão ao Edital PGFN nº 04/2025 para regularização de débitos tributários

Em março de 2025, a Companhia formalizou a adesão ao Edital PGFN nº 04/2025, publicado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que estabelece condições especiais para transação de débitos inscritos em dívida ativa da União.

A adesão contemplou débitos tributários de natureza previdenciária e não previdenciária, com as seguintes principais condições:

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Redução de encargos, multas e juros de mora, conforme previsto no edital, resultando em um desconto relevante sobre o montante total consolidado;
- Parcelamento do saldo remanescente em até 120 (cento e vinte) prestações mensais;
- Regularização de obrigações fiscais federais com impacto positivo na situação fiscal e na gestão de passivos da Companhia.

A adesão ao programa representa uma oportunidade relevante de saneamento fiscal e geração de economia financeira, com os impactos contábeis decorrentes da transação sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício de 2025.

Aprovação do Plano de Recuperação Judicial

Nos termos do artigo 56 da Lei de Recuperação Judicial, foi convocada Assembleia Geral de Credores (“AGC”) para deliberar sobre o Plano de Recuperação Judicial. A primeira convocação foi designada para o dia 15 de abril de 2025, e, diante da ausência de quórum, realizou-se a segunda convocação no dia 24 de abril de 2025. Na referida AGC, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelas respectivas classes de credores, nos termos exigidos pela legislação aplicável, e atualmente aguarda homologação pelo Juízo da recuperação judicial.

* * * *